

João Amendoeira Peixoto

Discurso de Máximo de Pina em 1600

sobre se fazer navegável o rio Nabão



Título - Discurso de Máximo de Pina em 1600 sobre se fazer navegável o rio Nabão

Autor – João Amendoeira Peixoto

www.joaoamendoeira.com

Fotografia – Paulo Guedes Peixoto

Formato E-Book

2018

Este E-Book é Gratuito

Todos os direitos reservados ao autor de acordo com a Lei em Vigor

Gualdim Edições

www.gualdim.net



Nota do Autor

Este E-book, que dedico ao Rio Nabão, permite recordar um nabantino, que escreveu um discurso em 1600 onde transborda uma notável visão que, no meu ver, acaba por dar sentido aos seus outros feitos conseguidos durante a sua vida.

Este homem era um inventor acarinhado pelo rei que lhe pedia os engenhos e a invenção das máquinas.

O conteúdo que se segue foi igualmente publicado no Jornal Cidade de Tomar de 30 de Março e de 13 de Abril – 2018.

Eis Máximo de Pina Marecos.

Encontrei por terras bretãs o "Discurso de Máximo de Pina em 1600 sobre se fazer navegável o Rio Nabão" é um texto original com 418 anos, escrito por um nabantino e publicado em julho de 1815 na revista "O Investigador Portuguez em Inglaterra" em Londres. Mantendo a sua estrutura original, ele é aqui novamente publicado no Jornal Cidade Tomar em 2018, com alguns ajustes linguísticos e adendas para melhor entendimento. Um agradecimento especial à pessoa que enviou este texto para Londres em 1815, talvez salvando-o dos invasores franceses e do esquecimento, permitindo a sua redescoberta e retorno à terra quatro séculos depois. O Discurso de Máximo de Pina demonstra ter por objetivo aconselhar a realização de melhoramentos ao longo de todo o Rio Nabão, assim como, a construção de novas infraestruturas que tornam mais proveitosa a economia local e o bem-estar da população tomarense : "o povo ficará melhor servido, e acomodado". Nestas construções específicas, Máximo de Pina sugere igualmente que se construam engenhos como os seus, por si inventados: "podem moer em todo o dia e noite duzentos e dez alqueires, e só dois moinhos dos meus moerão mil"; e tudo isto olhando a despesas: "Donde consta, que com pouca despesa, com proveito das partes, pode ficar a Vila melhor servida, e ilustrada, e feita, a navegação até à Fonte de S. Lourenço".

Há aqui igualmente uma outra memória guardada quando Máximo de Pina se refere à importância da plantação da Batata, recordando que o seu pai (Fernão de Pina) apresentou este tubérculo vindo das Américas à rainha: "Batatas que meu Pai mandou de Alvez á Rainha (...)"

Este discurso acusa a quem se refere, neste caso a sua majestade, tal como Pina o demonstra:

" (...) pode S. M. ter pertençam porque tenho ouvido que em Castela concedeu o P. Santo por semelhante beneficio (...)"

A visão do culto e génio Máximo de Pina é aqui em fruto de conclusão expressa: "Havendo muitos lagares serão melhores os azeites, (...) e muito que dura na terra, a muita bondade, e por não trazer sementes, (...) O mesmo fazem os tremoçais; e também se esterçarão estas terras com as enxurradas que vem sobre pó (...) Enobrece-se Thomar, dá-se aos vizinhos grande comodidade de menor custo em seus serviços, enriquece-se, e pela mesma razão povoa-se mais; e assim se farão em muita parte de Portugal, e Espanha."

A visão deste nabantino deve adaptar-se aos olhos do presente, porque é através da inovação e da criação de indústria que se criam mais empregos, que se aumenta a população e se enriquece toda a região melhorando a qualidade de vida da mesma. E assim se redescobre o génio de Máximo de Pina, assim como, se eleva a importância do Nabão que merece maior cuidado.

A biografia detalhada deste senhor será publicada numa próxima edição deste jornal.

Discurso de Máximo de Pina em 1600 sobre se fazer navegável o Rio Nabão

De Tomar a Tancos são três léguas que se andam por terra por falta de se navegar légua e meia do Rio de Tomar até entrar no Zêzere; por que o Zêzere de inverno é navegável desde Punhete, onde se mete no Tejo, até à foz do rio que é uma légua; e de Verão se navega quase tão bem como o Tejo, e os passos que tem dificuldade, continuando-se a navegação, se podem fazer milhares que os do Tejo há pouco custo.

A Tomar pode ir ter quase toda a carga, que vai a Tancos, por ser a estrada principal donde lhe vem, e na Vila há Azeites, e algum Pão, muitas Pedreiras e boas, que se vê por toda a Ourela do Tejo até esta cidade. A dificuldade se apresenta na légua de Tomar à minha quinta de Matrena, e principalmente na meia da quinta à foz. As perdas notáveis que se podem considerar são os Moinhos, e lagares de Tomar a largura da levada até a Guerreira, os Moinhos, e lagar de António de Abreu, o Caseiros dos Padres de Sta. Cita, os meus moinhos, lagar, pisões, e nora que movo com a água, e o meu Caneiro (pequeno canal para escoar águas), e um de Jerónimo Rodrigues, outro de António Vaz: mas o remédio de alguma destas perdas se vê na ordem de navegar, outras se podem pagar com pouco preço. Acima de Tomar, tanto como do Chafariz de Andaluz à Ribeira, sobre pedra, e com muita que pende do monte, que está à vista, se fará uma preza (repreza), da qual no Verão vai todo o Rio por uma levada, e sem artifício conhecido, não entre no Inverno mais da necessária: esta levada irá ter à Várzea pequena, onde fará moer um assento de Moinhos, igual ao que ora mói ao pé da Ponte. Depois de sair deles a água, se tomara dela a sexta parte, e com as cinco partes moerão mais lagares do que agora estão ao pé da Ponte. A sexta parte, que se havia de tomar, irá pelo pé da costa, e depois de dar na Várzea grande fará álveo (leito da corrente) bastante para se navegar até á fonte que está a S. Lourenço; e desta mesma sexta parte se tirará a água necessária para fazer um cano por cada lado da rua que desse ao Rio, do qual se regue os quintais todos, e se servirão os vizinhos; e o resto se torne a vazar nas moendas (moenda = peça que mói; moinhos), e pode tornar-se também abastante para regar o que parecer da Várzea grande.

Os Ppes- do Convento de Thomar (Frades) desejam fazer mais lagares, pela falta que deles há, e por se anteciparem as pessoas que alegam esta causa para pedirem licença para os fazerem, por esta razão haverão por bem empregado o gasto da primeira preza (repreza), e levada, até os fazer na Várzea pequena; e não faltarão particulares, que desejem o mesmo; o povo ficará melhor servido, e acomodado.

A ainda que se não fizera este assento novo, só com os lagares moerem de noite e de dia, como em toda a parte do Reino, o que não fazem em Thomar, senão de dia, se recupera a perda do sexta parte da água, mormente que os lagares moem de inverno quando a água sobeja.

Nos moinhos de pão se pode fazer na queda, que se perde antes de moerem, um assento de Azanhas, que moam tanto como os que moem agora, descontando-lhes a sexta parte da água que se há de tirar na Várzea pequena, e não toda; porque a do serviço ordinário em fim se leva em cântaros, e a que sobeja dos quintais, torna aos moinhos; e da

navegação só quando entrarem, e saírem os barcos se perde; porque como no mais tempo, há de estagnar, torna também dos moinhos, e se em cada um destes assentos fizerem dois moinhos de regolfo, como os meus; se crescerem mais moinhos, ficará muito maior o expediente das farinhas; porque sete pedras ordinárias que podem moer com o rio de Thomar, á trinta alqueires por pedra, podem moer em todo o dia e noite duzentos e dez alqueires, e só dois moinhos dos meus moerão mil. Donde consta, que com pouca despesa, com proveito das partes, pode ficar a Vila melhor servida, e ilustrada, e feita, a navegação até á Fonte de S. Lourenço; por que também particulares farão ao longo de toda a Várzea, a levada para os barcos, dando-se-lhes chãos para casas, e quintais regados; e só ficará por fazer de padrão a padrão, e o sítio para a subida dos barcos a S. Lourenço. Junto ao padrão do dito Santo pelo ribeiro que lhe fica ao lado, se pode tornar a tomar todo o rio com outra preza, e levá-lo pela estrada abaixo, tomando para os barcos dezasseis palmos, e deixando para a estrada bastante, e o necessário, e entrando pelas testadas alheias, devem seus donos satisfazer-se com o comodo de se averem (terem) de regar suas terras: há de ter esta levada, até quatro sítios de comportas, ou apartadas, se quiserem nelas fazer moendas, ou antes na paragem de Ponte da Guerreira, por que assim se regará mais terra. Ao ribeiro que vem de Sta. Maria dos Olivais, se deve tomar uma parte do rio, e leva-la pela banda de além do rio para efeito de se regar, como por estoutra parte. Nesta légua de terra se poderão bem regar três mil jeiras (jeira= terreno que uma junta de bois pode lavrar num dia) de terra de alqueires de trigo de sementeira, e se obrigarem os donos a vende-las por mais a terça parte, ganhar-se-á a metade pela melhor valia dos regadios; e obrigando-os a regar, e vendendo-lhes a água para cada jeira a três cruzados de foro por ano, parece preço moderado, e monta cada ano nove mil cruzados. Estas terras regadas dão quatro novidades cada ano, e quase sempre perfeitas, e certas; a saber — Ferranha, Linho, Nabos, ou outras que se semeiam, em lugar de cada uma destas. Podem-se também dar outras coisas mais rendosas, como são Canas-de-açúcar, Batatas que meu Pai mandou de Alvez á Rainha, de nove arráteis, Algodão, Gerzelim, Erva-doce, e criar-se-ão muitos gados com as mondas continuas.

As oliveiras, que ficarem rasas nas terras assim cultivadas, como afirma um autor Espanhol, podem dar novidade cada ano maior, e de mais fundição, e apanhadas com barco à espanhola pode-se-lhe recolher os frutos sem dano da árvore, e com a mesma pressa que se agora apanha, varejando, e sem danar o que estiver semeado debaixo. E ainda que não sejam mais que as quatro novidades ordinárias, como aquela terra paga dizimo, e oitavo, e a oitava parte da nona que fica por oitavar; a terra, que em um ano costuma a dar cem alqueires de Pão, e paga dez de dízimo, regada dará quatro centos, e pagará de dízimo quarenta; e onde pagar onze de oitavo, regada pagará quarenta e quatro, que são sete partes e meia; mais não fatiando na quantidade que se fizer de hortas e boas frutas, onde, e nas coisas que nomeei, e nas sementes extraordinárias, e na vantagem que cada novidade regada terá, quantidade, e bondade; haverá ganho excessivo.

E quanto ao dízimo, e oitavo, no que de novo crescer pode S. M. ter pertençam porque tenho ouvido que em Castela concedeu o P. Santo por semelhante beneficio os dízimos

aos Reis, onde os mantimentos são menos necessários. E quando tudo houver de ser da ordem, com muita razão se deve fazer o gasto a sua custa, e ficarão os nove mil cruzados forros para S. M. Dos Olivais que se arrancarem, se farão infinitos novos, os quais se se puserem nos montes, tirando-lhes somente o mato, e não os lavrando, e fazendo-lhes regos ao nível, nesta forma farão melhor, e mais barato efeito que a lavoura, por que assim se umedecerão os montes, e as árvores terão neles vantagens, segundo tenho visto, porque se se lavram todos os anos, em poucos se desfazem em área que entope os rios, e desarreigam-se as árvores; e se se lavram de anos a anos, fazem no ano que lavram vir as raízes buscar a terra movida, e depois com a outra lavoura as danificam, cortando-as, o que se não entende nos baixos, onde por não fugir a terra se podem lavrar cada ano, sen dano das raízes. As três mil jeiras de terra levam de semente nove mil alqueires de pão, que, se se regarem, uns anos por outros, a dez alqueires por um, dão noventa mil; e regados levam de semente trinta e seis mil alqueires, que dão trezentos e sessenta mil, e monta o crescimento de dízimo, e oitavo cinquenta e oito mil alqueires. Havendo muitos lagares serão melhores os azeites, e haverá muita albufeira sem sal, para esterçar as terras, que também tem comodidades de cal barata que pelo pouco que delia basta, e muito que dura na terra, a muita bondade, e por não trazer sementes, com que os outros esterços sujam as terras, é dos melhores. O mesmo fazem os tremoçais; e também se esterçarão estas terras com as enxurradas que vem sobre pó, e com os nateiros da levada com barro na terra fraca, e área na forte: para tudo tem comodo aquela terra. Enobrece-se Thomar, dá-se aos vizinhos grande comodidade de menor custo em seus serviços, enriquece-se, e pela mesma razão povoa-se mais; e assim se farão em muita parte de Portugal, e Espanha, nesta matéria muito avantajados efeitos, e só ela terá de novo este crescimento, porque todas as outras nações que tiveram semelhantes comodidades, cuidou que se logrão já delas.

Os regos das ruas de Thomar devem fazer os vizinhos em suas testadas, à sua custa. O lagar de António de Abreu no inverno terá pouca perda; nos moinhos será notável; a que tiver em ambos dira ele, e constará.

A vala dali até Thomar é de uma légua, quanto caiba um barco, e só terá uns recessos, ou voltas, onde se desviem os barcos uns dos outros: os que usam em valas podem saber o que isto custará em plano, e sem pedra.

Deitando-se a terra em valo para a parte de cima se tomarão as águas de inverno para se levarem a quatro regalos, onde se podem reduzir todas, e passar por baixo da levada com laje, que há na terra muitas, e boas, e feitas nestes sítios comportas, se se abrirem em certos tempos, correrá a água com fúria e limpar-se-á a levada. Por ser agora mansa, haverá nela muita carpa, e tecas, e amoreiras pelos lados.

Isto é o que me parece da navegação, e quantidade de regadio, e rendimentos dele até à Ponte da Guerreira, com declaração, que contas não mister comunicadas, e feitas devagar, e as estimações das jeiras, comprimento, e descida, medidas, e vistas devagar, o que tudo me faltou, e tempo para mais larga narração; e farei, parecendo que leva isto caminho, e direi a ordem de navegar da minha quinta ao Zêzere fazendo noutra forma o mesmo efeito.

II

O “Discurso de Máximo de Pina em 1600, sobre se fazer navegável o Rio Nabão” publicado neste jornal na edição de 30 de Março, deixa-nos a questão de quem será Máximo de Pina.

É uma descrição rica e fascinante vinda de um homem com notáveis ideias para melhorar a economia, o transporte, a indústria e qualidade de vida na região de Tomar através do rio Nabão, onde surgem informações sobre a navegação, lugares, moinhos e nomes de gentes da época. (1)

Fiquei impressionado ao perceber que é possível saber mais sobre este homem, o seu nome completo é Máximo de Pina Marecos. Nasceu na segunda metade do século XVI, provavelmente na região de Tomar, onde viveu na sua quinta em Matrena. Máximo é filho do tomarense Fernão de Pina Marecos e de Mór de Faria, filha de Sebastião Lopes Guedes (senhor de Arzila em África por ter participado na sua conquista). (2)

Máximo de Pina casou com D. Maria de Lemos, filha de Manuel de Lemos (o corregedor da vila nabantina), sendo que o seu pai Fernão era filho de Nicolau de Pina, da grande casa dos Pinas de Florença e de Branca Anes Marecos, descendente da família Montanha do Reino de Castela. Portanto, grandes famílias europeias da época. O seu pai, Fernão de Pina, foi um dos conselheiros que tentou junto de D. Sebastião evitar a Batalha de Alcácer Quibir, tendo depois, na contenda da sucessão de Portugal com Castela, sido Procurador de ambas as coroas, vereador perpétuo, conservador da moeda, chanceler e provedor mor da Saúde no tempo da peste, tendo sido infelizmente assassinado em Lisboa por não apoiar a causa portuguesa por D. António Crato. (2)

Na obra de Amorim Rosa, História de Tomar, o nome de Máximo de Pina surge ligado à indústria do vidro com uma fábrica em Matrena, alvará concedido por D. Filipe I em 1595, tendo os seus herdeiros continuado o negócio. A fábrica trabalhava com energia hidráulica e utilizava como matéria-prima uma terra siliciosa da Charneca da Peralva. Consta ainda nesta obra, um conflito jurídico entre a mãe de Máximo de Pina, o próprio e o Convento de Cristo em 1587, relacionado com um caneiro que não deixava os peixes subir o rio. (3)

À procura doutras informações fui vasculhar as velhinhas revistas portuguesas, onde mais alguém se surpreendeu com este homem do passado. Máximo de Pina é mencionado na revista “O Instituto” de 1903, onde é apresentado como um homem “muito empreendedor e industrial”, remetendo para um livro de nome “Inventores Portuguezes” onde já teria sido apresentado como tal, estando nesta última obra presentes “três cartas de privilégio para diversos engenhos seus.” (4) Estamos perante um fidalgo tomarense com estatuto de inventor, de quem podemos encontrar numa outra revista da época da anterior, “O Archeologo Português”, a seguinte informação: (5)

“Á categoria de Pascoal Montanha pertence igualmente um Máximo de Pina, fidalgo da casa real a quem Filipe II passou carta de privilégio a 16 de fevereiro de 1608 para um

engenho que inventara de limpar as caldeiras de moinhos somente. Este Máximo de Pina era um homem muito habilidoso, dotado de espírito industrial, pois em seu nome vemos passadas mais três cartas de privilégio: uma para certos engenhos com que dobrava o uso das águas das fontes de Lisboa; outra para fazer uns engenhos de amassar, cozer e biscoitar pão; a terceira finalmente para o estabelecimento de um forno de vidro.” (5)

Consegui aceder ao livro “Os Inventores Portuguezes”, onde encontrei as três cartas de privilégio retiradas da Torre do Tombo, tratadas ao mais alto nível, todas iniciam da seguinte forma: “Eu El-Rei faço saber (...)” (6)

Quero salientar que a Revista “O Archeologo Português” comete uma gaffe, quando se refere ao “estabelecimento de um forno de vidro” como uma das três cartas em vez de um engenho “para limpar caldeiras de moinhos”, carta de 16 de fevereiro de 1608, no entanto, o forno de vidro existiu mesmo e Máximo de Pina teve o privilégio para o seu uso na sua “Quinta da Matrena, termo da villa da Asseiceira, junto ao rio Nabão” e seria o seu negócio principal. (5) (6)

Na realidade a Carta que se refere ao forno de vidro está na Revista O Instituto de 1903, em que sua Majestade se refere ao pedido de Máximo de Pina para que “na sua quinta de Matrena que estava no termo da vila da Aceiceira junto ao Rio Nabão pudesse fazer um forno de vidro e que dez léguas ao redor dele e da dita quinta não houvesse mais fornos de vidro (...) mandei (...) fazer diligencia pelo bacherel Francisco de Lemdrobe, corregedor da comarca villa de Thomar e que ouvisse os oficiais da dita villa da Aceiceira (Asseiceira) (...)” (4)

Estas cartas possibilitam perceber o visionário e o quão importante era Máximo de Pina na sua época, e na presente história de Tomar, que através da sua ligação à Casa Real, conseguia patentear os seus engenhos retirando dividendos, sempre com um olhar sobre as dificuldades da sociedade e as necessidades dos exércitos de sua Majestade como acontece com o seu engenho de “amassar, cozer e abiscoitar pão”, carta de 4 de fevereiro de 1583, onde é mencionada uma petição feita por ministros e oficiais para que Máximo de Pina desenvolva o dito engenho para uma produção em maiores quantidades, onde sua Majestade eleva a importância deste engenho para a sua armada.

A Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, também nos revela algo mais:

“Na Matrena existia desde 1595 um forno de vidro, na quinta de Máximo Pina, fidalgo da Casa Real, a quem Filipe II concederá privilégio de não se poder construir outro numa área de 10 léguas quadradas. No fim do séc. XVIII a propriedade continuava nos descendentes de Máximo Pina. Havia juntamente, moinhos de farinha e lagares de azeite, que das águas do rio tiravam a força motriz. Todas as instalações foram compradas, em 1890, por João de Oliveira Casquilho.” (7)

O discurso de Máximo de de Pina, escrito na primeira pessoa, é claramente um importante documento museológico que merece outra visibilidade. (1)

Todas as informações apresentadas tornam este nabantino num visionário que centrava as suas invenções com base no fluxo das águas, sendo o Nabão o motor e inspiração dos engenhos de Máximo de Pina. Este é um tomarense esquecido, que merece ser lembrado pela sua mestria e visão.

Bibliografia:

- (1) O Investigador Portuguez em Inglaterra, Volume 13. Julho de 1815.
- (2) Cordeiro, António. História Insulana das Ilhas a Portugal sujeitas no Oceano Ocidental. Volume II. 1866.
- (3) Rosa, Amorim. História de Tomar. Volume II. Página 165. 1965.
- (4) O Instituto. Volume 50. Universidade de Coimbra. 1903.
- (5) O Archeologo Português. Volume II. Museu Ethnographico Português. 1896.
- (6) O Instituto. Volume 48. Universidade de Coimbra. 1901.
- (7) Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Editorial Enciclopédia. Vol. XXXI. 1960.

FIM

